

**OBSERVAÇÃO DIAGNÓSTICA SOBRE A ACESSIBILIDADE E A INCLUSÃO DO ESPAÇO FÍSICO DAS BIBLIOTECAS NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA PARA O SUPORTE AOS ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA VISUAL NO IFPE**

**OBSERVACIÓN DE DIAGNÓSTICO SOBRE LA ACCESIBILIDAD E INCLUSIÓN DEL ESPACIO FÍSICO DE LA BIBLIOTECA EN LA EDUCACIÓN PROFESIONAL Y TECNOLÓGICA PARA APOYAR A LOS ESTUDIANTES CON DISCAPACIDAD VISUAL EN IFPE**

**DIAGNOSTIC OBSERVATION ON THE ACCESSIBILITY AND INCLUSION OF LIBRARY PHYSICAL SPACE IN VOCATIONAL AND TECHNOLOGICAL EDUCATION TO SUPPORT VISUAL DISABILITY STUDENTS IN IFPE**

**Ada Verônica de Novaes Nunes \***  
ada.novaes@reitoria.ifpe.edu.br

**Ivanildo José de Melo Filho \***  
ivanildo.melo@paulista.ifpe.edu.br

---

\* Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco, Recife, PE, Brasil

### **Resumo**

Este artigo teve como objetivo identificar a acessibilidade e a inclusão do espaço físico das bibliotecas na educação profissional e tecnológica no contexto do Instituto Federal de Pernambuco (IFPE) em seus *Campi* Recife e Garanhuns para o suporte aos estudantes com deficiência visual. O design metodológico que delineou todo o processo foi conduzido por meio da observação diagnóstica constituída por 5 (cinco) fases a saber: (i) Descrição do contexto; (ii) Especificação de um roteiro baseado na Norma Brasileira 9050:2015 (NBR) e no Manual de acessibilidade espacial para escolas do Ministério da Educação do Brasil; (iii) Definição dos objetivos a serem alcançados; (iv) Registro das observações em campo e, por fim, (v) a análise no processo. Os resultados obtidos evidenciaram 10 (dez) pontos associados ao suporte aos estudantes com deficiência visual presentes de maneira diferenciada nos *Campi* observados. Além disso, foi possível identificar que mesmo com dificuldades arquitetônicas, intrínsecas ao ambiente, iniciativas para o atendimento inclusivo têm sido diligenciadas.

**Palavras-Chave:** Observação Diagnóstica. Acessibilidade. Inclusão. Estudantes com Deficiência Visual.

### **Resumen**

Este artículo tuvo como objetivo identificar la accesibilidad e inclusión del espacio físico de las bibliotecas en la educación vocacional y tecnológica en el contexto del Instituto Federal de Pernambuco (IFPE) en sus *Campus* Recife y Garanhuns para apoyar a los estudiantes con discapacidad visual. El diseño metodológico que describió todo el proceso se realizó a través de la observación diagnóstica que consta de 5 (cinco) fases, a saber: (i) Descripción del contexto; (ii) Especificación de un guión basado en la Norma Brasileña 9050: 2015 (NBR) y el Manual de Accesibilidad Espacial para escuelas del Ministerio de Educación de Brasil; (iii) Definición de los objetivos a alcanzar; (iv) Registro de observaciones de campo y, finalmente, (v) análisis en el proceso. Los resultados mostraron 10 (diez) puntos asociados con el apoyo a estudiantes con discapacidad visual presente de manera diferente en los *Campus* observados. Además, fue posible identificar que incluso con dificultades arquitectónicas intrínsecas al medio ambiente, se han llevado a cabo iniciativas para la atención inclusiva.

**Palabras clave:** Observación Diagnóstica. Accesibilidad. Inclusión. Estudiantes con Discapacidad Visual.

### **Abstract**

This article aimed to identify the accessibility and inclusion of libraries' physical space in vocational and technological education in the context of the Federal Institute of Pernambuco (IFPE) in its Recife and Garanhuns *Campus* to support visually impaired students. The methodological design that outlined the entire process was conducted through the diagnostic observation consisting of 5 (five) phases namely: (i) Description the context; (ii) Specification of a script based on the Brazilian Standard 9050: 2015 (NBR) and the Spatial Accessibility Manual for schools of the Brazilian Ministry of Education; (iii) Definition of the objectives to be achieved; (iv) Registration of field observations and, finally, (v) analysis in the process. The results showed 10 (ten) points associated with the support to students with visual impairment present differently on the observed *Campus*. In addition, it was possible to identify that even with architectural difficulties intrinsic to the environment, initiatives for inclusive care have been pursued.

**Keywords:** Diagnostic Observation. Accessibility. Inclusion. Visually Impaired Students.

---

## **INTRODUÇÃO**

Desde 1931, o bibliotecário e matemático Ranganathan, tratou sobre a atuação dos bibliotecários, no intitulado “As Cinco Leis da Biblioteconomia”, ao defender: para cada leitor, seu livro. Desse modo, é imperioso que esses profissionais, entendam a completude da função socioeducativa da biblioteca, respeitando todos os usuários, com condutas inclusivas e adequando os serviços. Garantindo, assim, o acesso à informação, e que a biblioteca seja um espaço de convívio, do exercício da cidadania e um ambiente acolhedor para o estudo e lazer (MATOS; LEMOS; SILVA, 2017).

Para Carvalho (2016), a biblioteca auxilia os estudantes no processo de aprendizagem ao longo da vida. Nesse sentido, esse espaço tem um papel primordial, tendo em vista ser um ambiente universal e transversal as escolas e currículos, possuindo o compromisso de criar condições físicas e tecnológicas para as necessidades educativas individuais dos estudantes.

Pupo e Melo e Ferrés (2006), afirmam que uma biblioteca acessível é um ambiente que aceita a presença de todos, acolhendo um público diverso, com instalações adequadas às diferentes necessidades e em conformidade com as diferenças físicas, antropométricas e sensoriais da população. Indo ao encontro do pensamento de Sasaki (1999), ao afirmar que a inclusão é um processo em que a sociedade se adapta para incluir pessoas com deficiência ou não, tornando-se uma “equiparação de oportunidades”, em que o ambiente físico, serviços, educação, trabalho, acesso à

cultura, são acessíveis para todos, sob a inspiração de princípios como: a celebração das diferenças, direito de pertencer e a valorização da diversidade humana.

Freire (1996, p.35), afirma que “ensinar exige risco, aceitação do novo e rejeição a qualquer forma de discriminação”. Para ele, faz parte do pensar correto a rejeição de qualquer forma de discriminação, pois a prática preconceituosa, afronta a “substantividade do ser humano” e nega totalmente a democracia.

Não posso, por isso, cruzar os braços fatalistamente diante da miséria, esvaziando, desta maneira, minha responsabilidade no discurso cínico e “morno”, que fala da impossibilidade de mudar porque a realidade é mesmo assim. O discurso da acomodação ou de sua defesa, o discurso da exaltação do silêncio imposto de que resulta a imobilidade dos silenciados, o discurso do elogio da adaptação tornada como fado ou sina é um discurso negador da humanização de cuja responsabilidade não podemos nos eximir (FREIRE, 1996, p.76).

Coelho e Abreu (2018), esclarecem que consumidores com deficiência visual encaram diferentes dificuldades, além de obstáculos físicos, como o despreparo dos prestadores de serviço público e privado para atender esse grupo com plena cidadania nos ambientes de consumo como hotéis, restaurantes, hospitais, bancos, padarias e escolas. Sendo assim, acreditar que a mudança é possível, é indispensável para a educação. É necessário sair dessa acomodação e do discurso que professor não possui capacitação para trabalhar com estudantes com deficiência visual, que a escola não tem recursos financeiros, falta de pessoal especializado. A escassez de ambientes inclusivos não é aceitável e mudar é preciso e possível.

Padilha (2013, p.101), diz que “vive-se a exclusão e fala-se de inclusão” na escola. A autora destaca que pouco se fala do ato de excluir, e não é possível incluir, sem compreender o porquê de está excluído. Além disso, a luta contra a exclusão é antiga, sendo inconcebível que indivíduos sejam selecionados de acordo com suas características “físicas ou intelectuais”. O “saltar da escola dos diferentes para a escola das diferenças” necessita de conhecimento, bastante determinação e decisões precisas. As sugestões de transformação variam e dependerão de estudos, levantamento de dados e ações, enfim, de uma gestão democrática e inclusiva (SANTOS, 2010).

Coelho e Abreu (2018), ressaltam ainda que por meio da interação entre o “deficiente visual e o não deficiente”, em qualquer espaço pedagógico, por si só, não concretiza a inclusão, também dependerá do engajamento de gestores públicos e privados, visto que, permanecem as necessidades de capacitação profissional e desenvolvimento de recursos pedagógicos especificamente voltados para esse público.

No domínio do Ensino Profissional e Tecnológico (EPT), Nunes e Melo Filho (2019a), utilizaram como métodos a pesquisa documental, para analisar criticamente e compreender a questão das bibliotecas, baseando-se nos documentos de um Instituto Federal de Educação, Ciência e

Tecnologia e; a observação diagnóstica, para investigar *in locu*, comparando a realidade do local com o proposto nos documentos oficiais. O que resultou, numa compreensão que os avanços tecnológicos no mundo são inúmeros, em relação as deficiências, como programas que traduzem textos através de sintetizadores de voz e áudio books, mas que existem diversas barreiras a serem desobstruídas, como de infraestrutura, atitudinal, de comunicação, falta de instrumentos e metodologias adequadas e, disseminação de informações com equidade, apesar do próprio campo de pesquisa pertencer a um centro de ciência e tecnologia.

Além disso, Nunes e Melo Filho (2019b) apresentaram, também, resultados a partir da implementação de um protocolo de revisão sistemática de literatura que teve como ponto central identificar quais estratégias têm sido diligenciadas ou recomendadas ao suporte inclusivo das bibliotecas para estudantes com deficiência visual no contexto da EPT. Os resultados da investigação forneceram 9 documentos, e a análise desses, aponta que os Institutos Federais, enquanto rede acadêmica, desenvolvem ações ou realizam sugestões pontuais sobre o tema, além de que possuem documentos norteadores ao atendimento inclusivo, fato positivo, todavia, evidencia-se que as bibliotecas carecem de documentos norteadores para a padronização do suporte equitativo aos seus estudantes com o diagnóstico de cegueira ou baixa-visão.

Sendo assim, as bibliotecas necessitam assumir protagonismo nessa problematização e se tornarem efetivamente inclusivas, em especial, aos estudantes com cegueira ou baixa-visão, que possuem necessidades específicas para a busca de informação. Portanto, este artigo, tem como propósito descrever os resultados identificados, oriundos da observação diagnóstica sobre a acessibilidade e a inclusão do espaço físico das bibliotecas para o suporte aos estudantes com deficiência visual no Instituto Federal Pernambuco (IFPE).

O procedimento de observação diagnóstica seguiu as recomendações de Laville e Dione (1999) e Danna e Matos (2011). Os resultados apresentados são parte integrante do desenvolvimento de uma pesquisa de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (PROFEPT), em andamento, que tem o objetivo geral de averiguar a contribuição de um recurso orientativo institucional direcionado às bibliotecas visando o suporte inclusivo aos estudantes com deficiência visual no âmbito do IFPE.

## **DESIGN METODOLÓGICO**

Laville e Dione (1999) elucidam que a observação se revela seguramente um modo privilegiado de contato com o real, notando, assim, que há posicionamentos do investigador, orientação sobre os deslocamentos, reconhecendo as pessoas e gerando observações sobre elas. Entretanto, para a observação ser caracterizada como científica, necessita seguir certos critérios e atender algumas exigências. Os autores ratificam que não deve ser uma busca ocasional, mas ser posta a serviço de

um objeto de pesquisa, questão ou hipótese, claramente explicitado; esse serviço é rigoroso em suas modalidades e submetido a críticas nos planos da confiabilidade e da validade.

A observação revela-se certamente nosso privilegiado modo de contato com o real: é observando que nos situamos, orientamos nossos deslocamentos, reconhecemos as pessoas, emitimos juízos sobre elas. Sem alongar inutilmente essa lista, convenhamos que, em nossas atividades cotidianas, não há quase exemplos que não deixem espaço a observação (LAVILLE; DIONE. 1999, p. 176).

Conforme os estudos de Danna e Matos (2011), algo que caracteriza uma observação, é o uso de uma linguagem clara (fácil compreensão) e precisa (com exatidão). Portanto, todo trabalho em que se utiliza esse instrumento, requer inúmeras decisões, como em relação ao que será observado, quem será observado, aonde a observação ocorrerá, a frequência das observações e como serão registrados os dados. Consequentemente, essas decisões, “embora possam parecer escolhas arbitrárias do observador”, são realizadas baseadas em critérios cuidadosamente estabelecidos, sendo o objetivo e o problema do estudo a ser investigado, critérios essenciais.

[...] o uso de informações obtidas através da observação parece colocar o cientista mais sob a influência do que acontece na realidade do que sob influência de suposições, interpretações e preconceitos; possibilitando, assim, uma melhor compreensão da natureza e ações transformadoras mais eficazes (DANNA; MATOS, 2011, p. 11).

Assim, o observador ao registrar e relatar as informações, permite que outras pessoas possam refletir sobre sua pesquisa, repeti-la, criticar e aperfeiçoá-la. A observação, desse modo, tem o intuito de ser um instrumento para coletar dados e permitir a socialização e, por conseguinte a ponderação do trabalho do pesquisador. A Figura 1 apresenta as 05 (cinco) fases que constituíram o processo de observação diagnóstica que conduziram esta investigação.

Figura 1 – Fases da Observação Diagnóstica.



Fonte: Os Autores.

## CONTEXTO

O contexto definido para o estudo foi o *Campus Recife* e o *Campus Garanhuns* do Instituto Federal de Pernambuco, por se localizarem em sede definitiva, desse modo construídos e reformados pelo Instituto, podendo servir de modelo para todos os seus *Campi*. Além de suas peculiaridades, pois o *Campus Recife* se encontra na região metropolitana e o *Campus Garanhuns*, localizado a 231 km desse.

## CONDUÇÃO DA PESQUISA

Entende-se, que para garantir à inclusão, é fundamental identificar e analisar quais são as barreiras que dificultam ou impossibilitam a participação e a interação das pessoas com deficiência nos ambientes. Para tanto, foi concebido um roteiro avaliativo de análise, baseado na Norma Brasileira 9050:2015 (NBR) e no Manual de acessibilidade espacial para escolas: o direito à escola acessível do Ministério da Educação (MEC; 2009). Além disso, esclarece-se, também, que o registro das observações foi realizado através de um diário de campo.

A escolha do Manual do Ministério da Educação deve-se ao fato de fornecer conhecimentos basilares e ser um instrumento de avaliação que permite identificar e registrar as dificuldades vivenciadas, por alunos com deficiência, ao usar os espaços e materiais escolares (2009, p.15). A escolha dessa NBR, foi por se tratar de uma norma da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) “que estabelece critérios e parâmetros técnicos a serem observados quanto ao projeto, construção, instalação e adaptação do meio urbano e rural, e de edificações às condições de acessibilidade” (NBR 9050; 2015, p. 01). Ambos, alinhados ao objetivo proposto desta pesquisa.

Conforme explicado nos esclarecimentos sobre a importância da observação como método científico, baseado nos teóricos Laville e Dione (1999), Danna e Matos (2011), o intuito dessa observação diagnóstica das bibliotecas dos *Campi* Recife e Garanhuns, foi coletar informação reais, sistematizadas, todavia flexíveis, buscando atingir o objetivo proposto. Por meio da observação diagnóstica buscou-se registrar informações essenciais, como: a localização da biblioteca, se há piso tátil, se há obstáculos para a chegada, circulação e saída do espaço, registrar através de fotos as barreiras, dentre outros. Constatando-se com neutralidade as características e o que acontece de modo positivo ou negativo no ambiente.

Portanto, o roteiro para observação objetivou averiguar: (i) o que legalmente é cumprido e o que não é cumprido; (ii) entender o que é emergencial para se concretizar; (iii) quais as estratégias menos onerosas são indicadas para padronizar o ambiente de maneira inclusiva; (iv) como os profissionais se encontram dispostos no local, como os arquivos estão organizados, entre outras constatações percebidas durante o processo. Atenta-se que, essa atividade permitiu levantar os dados e selecionar os pertinentes. Assim, a observação, apesar de sistemática, não teve caráter passivo, e ao longo do processo buscou ter um “olhar” ativo amparado pelos objetivos e pelo roteiro definido.

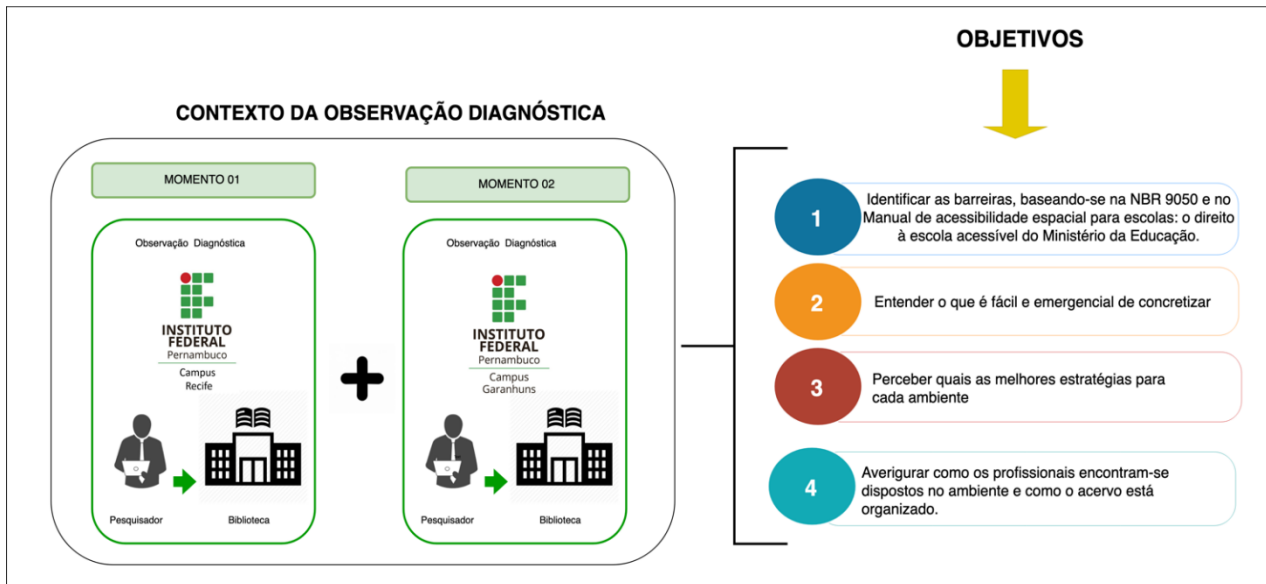
## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Primeiramente é importante evidenciar que durante a condução da pesquisa foram realizadas 2 (duas) visitas ao *Campus* Garanhuns e 5 (cinco) visitas ao *Campus* Recife. Elas ocorreram no mês de maio de 2019, contudo, existe um ponto a salientar que está relacionado à quantidade de visitas aos *Campi*. Especificamente, no momento inicial do contato com a Coordenação da Biblioteca do *Campus* Garanhuns, identificou-se que a biblioteca estava de mudança para um espaço recém construído, não sendo, portanto, possível realizar a mesma quantidade de visitas. Entretanto, apesar do contratempo, esse cenário forneceu a esta investigação a oportunidade de acompanhar e analisar os respectivos espaços antes e após a mudança.

Por meio da Figura 2 é retomado o contexto no qual torna dinâmico o entendimento da observação diagnóstica e os seus respectivos objetivos a serem atingidos, em relação à acessibilidade e à inclusão do espaço físico das bibliotecas para o suporte aos estudantes com deficiência visual no

Instituto Federal de Pernambuco (IFPE).

**Figura 2 – Contexto e Objetivos da Observação Diagnóstica.**



Fonte: Os Autores.

As primeiras visitas tiveram como finalidade estabelecer um primeiro contato exploratório com o ambiente e os setores responsáveis pelo acolhimento e suporte inclusivo. Por conseguinte, realizou-se uma verificação preliminar das bibliotecas e seus funcionários, levantando-se pontos referentes, também, ao regimento interno da biblioteca, se possuem estudantes com deficiência visual, se a biblioteca é inclusiva para pessoas com cegueira e pessoas com baixa-visão e quais ações são desenvolvidas sobre essa deficiência. Todas essas informações foram escritas no diário de campo.

O *Campus Recife*, atualmente, possui dois alunos com baixa visão e um com cegueira. Em relação a biblioteca, percebe-se a dificuldade para seu acesso, devido ao ambiente estar localizado no primeiro andar do *Campus*. Apesar de ser possível utilizar escadas ou elevador, identifica-se que o piso para o acesso ao espaço não é antiderrapante. Além disso, não foi identificado a existência de piso tátil ou mapa tátil explicando ou sinalizando onde está localizada. Outro ponto observado é a existência de uma espécie de barreira de cones, na porta de entrada da biblioteca, que de acordo com a observação, tem o objetivo de estabelecer o controle em relação a entrada e saída dos usuários. Contudo, esse procedimento potencializa o aumento do risco de acidente e impedimento de locomoção para os estudantes com deficiência visual, como também, para aqueles que utilizam bengala ou cão-guia.

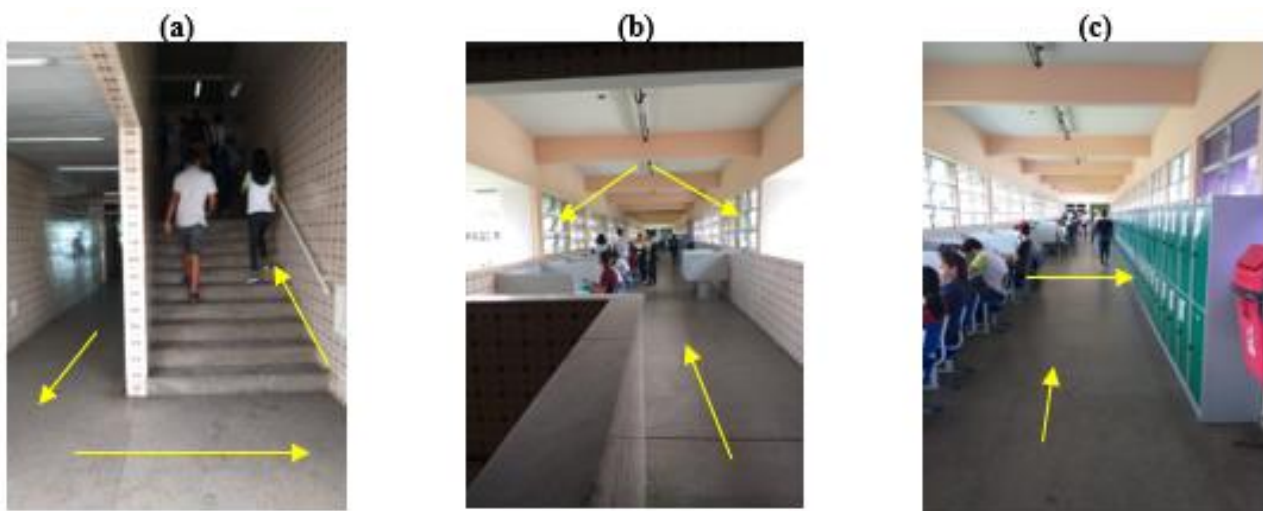
Entre o estacionamento e a entrada da biblioteca foi averiguado a existência de lances de escadas para o acesso à biblioteca, conforme pode ser evidenciado na Figura 3(a). Verificou-se que mesmo com a possibilidade do uso do elevador, o usuário deve obrigatoriamente subir um conjunto de degraus ou uma rampa (localizado na entrada do *Campus*, que não possuem sinalização com



textura tátil ou contrastes de cores.

No corredor que permite o acesso à biblioteca, as paredes são vazadas, essa estratégia aplicada para a ventilação e claridade mostra-se benéfica – vide Figura 3(b) – contudo, pode se tornar perigosa para alguém com dificuldade de enxergar, podendo ter eventuais acidentes, em virtude de não existir um sistema de sinais adequados. Outro aspecto percebido foi a existência de mobiliários – vide Figura 3(c) – como armários para guardar bolsas, pertences e mesas de estudos que contribui para a formação de barreiras de locomoção.

**Figura 3 – Percurso para o acesso à biblioteca do *Campus Recife*.**



**Fonte: Os Autores.**

A Figura 4 apresenta um conjunto de imagens da biblioteca do *Campus Recife*. Observa-se que o piso não é antiderrapante e o acesso pelos estudantes com deficiência visual torna-se inadequado, visto que, os livros e demais arquivos estão dispostos em inúmeras prateleiras sem identificação em braille e com espaço restrito até mesmo para um cadeirante ou uma pessoa com baixa estatura. Além do mais, próximo aos arquivos (estantes) há “pequenos” armários de ferro com prateleiras, vide figura 4(a), que também são barreiras de locomoção.

**Figura 4 – Disposição do acesso às prateleiras do acervo do *Campus Recife*.**

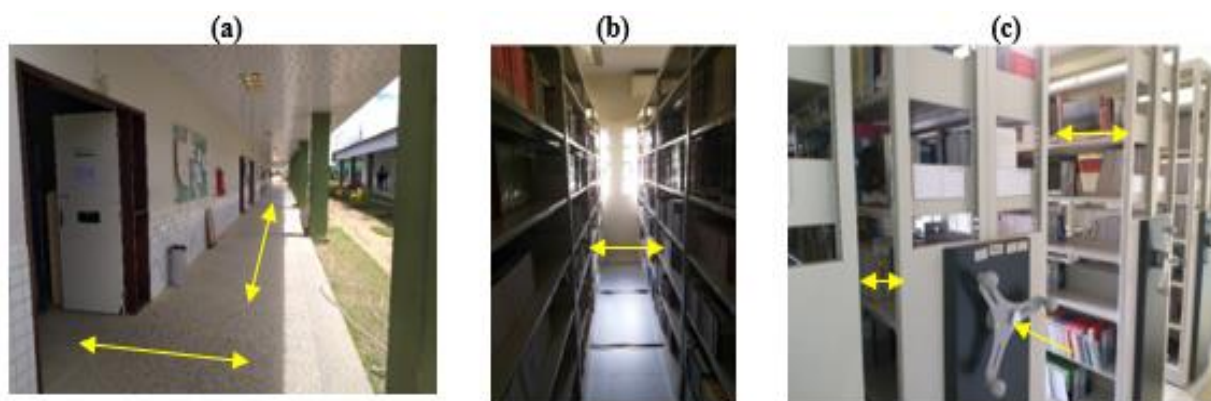


Fonte: Os Autores.

Constatou-se também, que a biblioteca dispõe de catálogos em braille para alguns livros, revistas ou áudios-livros, e computadores com *softwares* para leitura de tela. Entretanto, não foi verificado a existência de scanner de voz e impressora braille para as demandas desses usuários. Em relação ao acervo específico para esses estudantes, verificou-se a existência de livros em braille que foram doados pela Fundação Dorina Nowill <<https://www.fundacaodorina.org.br/>> e pelo Instituto Benjamin Constant <<http://www.ibr.gov.br/>>. Esse acervo trata-se de livros com conteúdo didático para uso geral, não se tratando de livros direcionados ou adaptados ao suporte das diferentes atividades das áreas do ensino profissional e tecnológico relacionados aos cursos existentes no Recife. Fato também observado na biblioteca do *Campus Garanhuns*.

Em relação ao *Campus Garanhuns*, o acesso a “antiga” biblioteca não era sinalizado com piso tátil ou contrastes de cores– vide Figura 5(a). O arquivo era completamente inacessível para qualquer estudante, com grandes riscos de acidentes, tendo em vista o espaço entre os vãos ser inapropriado, conforme pode ser observado na Figura 5(b) e o próprio arquivo (local de guarda do acervo) não ser estável e sim, corredeira – Figura 5(c) – o que dificulta qualquer pessoa acessar os materiais.

**Figura 5 – Imagens do espaço da antiga biblioteca do *Campus Garanhuns*.**



Fonte: Os Autores.

A “nova” biblioteca do *Campus* Garanhuns, encontra-se localizada no térreo – vide Figura 6(a) e Figura 6(b) – tornando-a seguramente acessível aos seus estudantes. Ao analisar o ambiente constata-se que houve uma preocupação arquitetônica, na construção, de modo a integrar esse espaço com os demais ambientes do *Campus*. Um exemplo a destacar é a integração do estacionamento – vide Figura 6(a) – com o acesso a biblioteca, contendo piso tátil para sua entrada e saída – vide Figura 6(c) – evidenciando-se que o ambiente foi construído em conformidade com as normas da NBR 5090:2015.

**Figura 6 – Acesso ao ambiente da biblioteca do *Campus* Garanhuns.**



**Fonte: Os Autores.**

Essa característica torna o espaço harmônico e sociável para estudantes com deficiência, pois sua construção segue padrões legislativos e inclusivos. Todavia, um contraste presente encontra-se associado a barreiras atitudinais quanto ao atendimento visto que, até o momento da investigação, os servidores não haviam recebido capacitação para atender usuários com necessidades específicas e a biblioteca não conter livros, em braille ou áudio, dos cursos do *Campus*.

Através do roteiro avaliativo e das observações descritas no diário de campo, segue a seguir a Tabela 1 que relaciona os pontos observados durante o processo de investigação, sinalizando cada ponto conexo ao suporte inclusivo para estudantes com deficiência visual, nos *Campi*.

**Tabela 1 – Resumo dos Pontos Observados na Investigação.**

<b>Item</b>	<b>Pontos Observados</b>	<b><i>Campus</i></b>
<b>1</b>	Dificuldade de acesso e de integração dos espaços físicos.	<b>Recife</b>
<b>2</b>	Ausência de piso tátil.	<b>Recife</b>
<b>3</b>	Ausência de mapa tátil.	<b>Recife</b>
		<b>Garanhuns</b>
<b>4</b>	Existência de barreiras desde a entrada do <i>Campus</i> até a entrada da biblioteca.	<b>Recife</b>
<b>5</b>	Falta de sinalização adequada.	<b>Recife</b>

6	Disposição do mobiliário de maneira inadequada formando barreiras de locomoção.	Recife
7	Ausência de acervo específico para as áreas do conhecimento do ensino profissional e tecnológico relacionados aos cursos ofertados nos <i>Campi</i> .	Recife
		Garanhuns
8	Barreiras atitudinais em função da ausência de treinamento e capacitação aos profissionais e estudantes sem deficiência.	Recife
		Garanhuns
9	Inexistência de dispositivos de suporte como scanner de voz e impressora Braille.	Recife
		Garanhuns
10	Dificuldade de acesso ao acervo por não ser inclusivo.	Recife
		Garanhuns

Fonte: Os Autores.

É importante destacar que o *Campus* Garanhuns após sua mudança para a sede nova conseguiu mitigar muitos aspectos desfavoráveis ao suporte inclusivo para estudantes com cegueira ou baixa-visão, especialmente a acessibilidade física do espaço. Contudo, ainda carece de atenção na tomada de ações no que tange aos itens “3”, “7”, “8”, “9” e “10”, relacionados na Tabela 1. Por outro lado, o *Campus* Recife, apesar do esforço contínuo para o atendimento inclusivo, ainda possui dificuldades intrínsecas ao ambiente, visto que a sede atual foi construída há mais de 3 (três) décadas e não previu, na ocasião, atendimentos especializados e específicos. Comparando as anotações do roteiro avaliativo e do diário de campo, com o Manual do MEC, verifica-se que contribuiram para nortear a pesquisa e construir a Tabela 1, sintetizando os problemas vivenciados nos *Campi* estudados.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo se propôs a apresentar os resultados da observação diagnóstica sobre a acessibilidade do espaço físico das bibliotecas do *Campus* Recife e Garanhuns, do Instituto Federal Pernambuco (IFPE), em relação ao suporte inclusivo aos estudantes com cegueira ou baixa-visão.

A escolha de usar a observação diagnóstica como método desta pesquisa, seguiu as recomendações de Laville e Dione (1999), Danna e Matos (2011) que demonstram que é uma ferramenta essencial, nos momentos iniciais de uma investigação, pois dependendo dos objetivos propostos, surge a necessidade de um envolvimento maior do pesquisador com o fato a ser estudado.

A observação diagnóstica mostrou-se uma ferramenta fundamental para o entendimento da acessibilidade nos *Campi* observados, ao registrar informações essenciais, como: a localização da biblioteca, as barreiras físicas vivenciadas, onde estão localizadas e quem as geram, baseadas na NBR 9050:2015 e no Manual de acessibilidade espacial para escolas: o direito à escola acessível do Ministério da Educação.

Sugere-se que os Institutos necessitam seguir os critérios e parâmetros técnicos da NBR 9050:2015 no momento da construção, instalação e adaptação de mobiliários, espaços e equipamentos, como o uso, por exemplo do desenho universal e da tecnologia assistiva para tornarem

seus *Campi* acessíveis.

Compreende-se que o objetivo deste estudo permitiu um amplo entendimento e os instrumentos utilizados foram basilares para esse fim. Desse modo, ao comparar a realidade do ambiente e as exigências dos documentos escolhidos como base de investigação e observação, percebe-se a importância de um recurso orientativo institucional e, acima de tudo replicável, que balize o IFPE e sua comunidade acadêmica, tornando o processo dinâmico e sistêmico, que poderá ser replicado em todos os *Campi* existentes. Inclusive, auxiliará a refletir sobre possíveis soluções que diminuam os fatores de exclusão, especificamente nas bibliotecas, considerando-as parte do processo da Educação Profissional e Tecnológica.

Os ambientes seriam investigados e as observações analisadas. Todas as informações estariam registradas e poderiam ser revistas sempre que houver necessidade e comparadas ao longo dos anos, para qualificar e quantificar o processo inclusivo do IFPE. O objetivo, portanto, seria proporcionar, na medida do possível, maior segurança no uso de equipamentos e no transitar do ambiente e tornar acessível às informações da biblioteca, independente de idade, estatura, deficiência ou limitação. Assim, qualquer estudante terá as mesmas oportunidades e experiências nas bibliotecas, e saberá utilizá-las autonomamente.

Além disso, é preciso ratificar sempre, que a inclusão educacional é um direito do estudante e demanda mudanças na concepção e nas práticas de gestão, de sala de aula e de formação de professores, com intuito da efetivação do direito de todos à escolarização e formação profissional. No contexto das políticas públicas para o desenvolvimento inclusivo das Instituições Federais de Ensino, observa-se a importância de recursos financeiros, de pessoal e metodológicos. Além do apoio pedagógico e da capacitação contínua dos profissionais e da sensibilização da comunidade escolar para o atendimento às especificidades dos alunos com deficiência visual.

## AGRADECIMENTOS

Agradecemos ao Instituto Federal Pernambuco (IFPE) pela autorização para o desenvolvimento da pesquisa na instituição. A solicitação de autorização foi protocolada sob o número do Processo 23295.020043.2018-86.

## REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 9050**: Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: <<https://www.ufpb.br/cia/contents/manuais/abnt-nbr9050-edicao-2015.pdf>>. Acesso em: 11 mar. 2019.

COELHO, Pedro Felipe da Costa; ABREU, Nelsio Rodrigues de. O deficiente visual e a escola: um estudo etnográfico sob a perspectiva da pesquisa transformativa do consumidor. **Revista Organizações & Sociedade**: v. 25, n. 86, p. 485-510, jul./set. 2018. Disponível em:

<[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1984-92302018000300485&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1984-92302018000300485&script=sci_arttext)>. Acesso em: 01 de abr. de 2019.

DANNA, Marilda Fernandes; MATOS, Maria Amélia. **Aprendendo a observar**. 2.ed. - São Paulo: EDICON, 2011.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**. 35.ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean. **A construção do saber – manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas**. Tradução: Heolisa Monteiro e Francisco Sentinere. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

MATOS, Erika Jordana Serra; LEMOS, Raysa Beatriz da Silva; SILVA, Juliene Lobato da. As tecnologias assistivas para a educação na biblioteca pública Benedito Leite. **R. Biblioma**. São Luís: v. 16, n. 1, p. 36-51, jan./jun. 2017. Disponível em: <<http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/bibliomar/article/view/7615>>. Acesso em: 01 de maio de 2019.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. DISCHINGER, Marta; ELY, Vera Helena Moro Bins; BORGES, Monna Michelle Faleiros de Cunha. **Manual de acessibilidade espacial para escolas: o direito à escola acessível**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2009.

NOVAES NUNES, A. V; MELO FILHO, I. J. (a) – Protocolo de revisão de literatura sobre o suporte inclusivo das bibliotecas para estudantes com deficiência visual na educação profissional e tecnológica. In: **V Colóquio e II Colóquio Internacional – A produção do conhecimento em Educação Profissional**. Instituto Federal do Rio Grande do Norte (IFRN). (2019).

NOVAES NUNES, A. V; MELO FILHO, I. J. (b) – Estudo preliminar sobre o suporte das bibliotecas a estudantes com deficiência visual na educação profissional. In: **X Encontro da Rede Estrado Brasil. Rede Latinoamericana de Estudos sobre Trabalho Docente**. Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Centro de Educação. (2019).

PADILHA, Anna Maria Lunardi. O que fazer para não excluir. IN: GÓES, Maria Cecília Rafael de; LAPLANE, Adriana Lia Friszman de, (orgs.). **Políticas e práticas de educação inclusiva**. 4 ed. rev. Campinas: Autores Associados, 2013.

PUPO, Denise Tallarico; MELO, Amanda Meincke; FERRÉS, Sofia Férrez. **Acessibilidade: discurso e prática no cotidiano das bibliotecas**. Campinas: São Paulo: Unicamp, 2008.

SANTOS; Maria Terezinha da Consolação Teixeira dos. O Projeto Político Pedagógico, Autonomia e Gestão Democrática. In: RAPOLI, Edilene Aparecida (et.al). **A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar: a escola comum inclusiva**. Brasília: MEC/SEEP:2010. Volume 1.

Disponível em:

<[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=7103-fasciculo-1-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=7103-fasciculo-1-pdf&Itemid=30192)>. Acesso em: 10 de março de 2019

SASSAKI, Romeu Kasumi. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos**. 3. ed. São Paulo, 1999.

Recebido em: 16/09/2019

Aceito em: 15/12/2019

Endereço para correspondência:

Nome Ivanildo José de Melo Filho

email [ivanildo.melo@paulista.ifpe.edu.br](mailto:ivanildo.melo@paulista.ifpe.edu.br)



Esta obra está licenciada sob uma [Licença Creative Commons Attribution 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)

\*